



INTERPELAÇÃO ORAL

Implementação rigorosa de medidas de apoio às empresas para garantir a estabilidade do emprego

Neste momento, o surto epidémico não é o único factor que impede a recuperação económica, o ajustamento profundo do sector do jogo também está, de certo modo, a influenciar o mercado. Sob o efeito de dois factores, a economia de Macau encontra dificuldades inéditas. Felizmente, o Governo promoveu activamente a revisão da Lei do jogo, que foi recentemente aprovada na especialidade na Assembleia Legislativa. Apesar do tempo relativamente curto, conseguiu-se tratar, a tempo e de acordo com a lei, dos trabalhos do concurso para a concessão de novas licenças de jogo, criando-se assim uma base para o futuro desenvolvimento estável da economia. A nova Lei do jogo é favorável à estabilização da confiança das grandes empresas no desenvolvimento das suas actividades, mas quanto às PME, ainda não se vê um caminho para o seu desenvolvimento.

O Governo tem sublinhado repetidamente que dá importância ao desenvolvimento das PME, porém, sob o impacto da epidemia, o ritmo da recuperação económica ainda é muito lento, apesar de o Governo adoptar uma política financeira activa, como, neste ano, com o Plano do cartão de consumo e, posteriormente, com o Plano para o incentivo à contratação de residentes desempregados, e ainda, ultimamente, com as Medidas de apoio ao combate à epidemia no valor de dez mil milhões de patacas, com o objectivo de empregar mais esforços para assegurar o emprego e as empresas. A sociedade concorda com as medidas eficazes do Governo, mas as PME não podem continuar a sobreviver apenas com os apoios do Governo, e o mais importante é que elas têm condições para continuar com os seus negócios.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Mas como se costuma dizer, só se pode fazer negócio com recursos humanos suficientes. As PME não conseguem competir com as grandes empresas, e a maioria dos residentes trabalha nas grandes empresas, e já reduziram os custos com o pessoal, por isso, nem sempre conseguem satisfazer as necessidades de emprego dos residentes. Os desempregados aumentaram, e todos nós compreendemos muito bem que o Governo tem de assegurar o emprego, por isso, temos de nos articular com o Governo no sentido de contratar mais pessoas. Inesperadamente, face à actual conjuntura, os serviços competentes reforçaram os trabalhos de vistoria à contratação de trabalhadores pelas PME, restringindo-lhes constantemente o espaço de contratação, assim, como é que as PME, já tão cheias de feridas, conseguem aguentar essa tortura?

É claro que o Governo não exige a todas as empresas que implementem medidas para a saída dos trabalhadores não residentes. Todavia, há que salientar que as PME estão a enfrentar, de facto, o problema da falta de recursos humanos. O Governo tem de estar bem ciente que só com o assegurar da sobrevivência das empresas é que é possível assegurar o emprego. Quanto ao desenvolvimento futuro, o Governo deve assumir uma visão prospectiva, não deve, tal como tem feito, “curar as dores de cabeça só quando dói”, e também não deve “procurar cegamente a beleza dos números”. Antes pelo contrário, há que implementar, da melhor forma, políticas eficazes para apoiar as PME, de modo a ser possível atingir o objectivo inicial das políticas, e a assegurar verdadeiramente quer a sobrevivência das empresas quer o emprego.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O Governo lançou o Plano de abonos provisórios, que consiste na atribuição



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de abonos aos empregadores que contratam trabalhadores residentes. Muitas PME afirmam que já não têm forma de aumentar os postos de trabalho e de contratar novos trabalhadores, então, porque é que o Governo não dá apoio directo aos desempregados, e transfere a pressão para as PME? Não se sabe se é para ajudar as empresas ou para lhes dificultar ainda mais a vida. Qual é o ponto de situação da implementação desse plano? Como é que o Governo vai aperfeiçoar o plano, de modo a atingir melhor a intenção inicial das políticas?

2. Os trabalhos de revisão da Lei do jogo já foram concluídos, dando às concessionárias alguma confiança quanto ao seu desenvolvimento. Porém, a economia já entrou num período de conversão e os investimentos das operadoras do jogo voltaram a contrair-se. É mais difícil concretizar a ideia de “as grandes empresas impulsionam as pequenas”, e as perspectivas de desenvolvimento ficam assim mais difíceis para as PME. Como é que o Governo vai avaliar as relações de desenvolvimento entre as empresas do jogo e as PME, e como é que vai promover, ainda mais, a cooperação entre as empresas do jogo e as PME, com vista a estabilizar a confiança no desenvolvimento?

3. O Governo adjudica vários trabalhos no âmbito da aquisição de bens e serviços, da limpeza, etc., oferecendo salários, regalias e ambiente de trabalho relativamente melhores. O Governo vai dar prioridade à contratação de trabalhadores locais?

23 de Junho de 2022

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Song Pek Kei**